

EIXO 4 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**Disciplina: D 4.11 – Elaboração e Programação
Orçamentária e Financeira (40h)**
(Aula 5: Orçamento das Empresas Estatais Federais)

Professor: Luiz Guilherme Pinto Henriques

16 a 20 de abril de 2012



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

ORÇAMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

Luiz Guilherme Pinto Henriques



Estrutura

- Breve histórico.
- Marco legal e conceitual.
- Instrumentos orçamentários das estatais (OI / PDG / NEFIL).
- Processo orçamentário (elaboração – execução – avaliação).
- Desafios: projetos / avanços / questões prospectivas.



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Histórico de Criação das Estatais

- Primeiras iniciativas – Século XVII
 - Casa da Moeda
 - Lloyd Brasileiro

- Século XIX – criação do Banco do Brasil

- Década de 1940
 - Fábrica Nacional de Motores
 - CHESF
 - CSN
 - CVRD

- Década de 1950
 - BNDES
 - PETROBRÁS



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Histórico de Criação das Estatais

- Primeiro Programa de Metas de JK: 71% dos empreendimentos sob a responsabilidade da União
 - Usiminas
 - CSN (assunção do controle)
 - REFGAS

- Década de 1960 – opção pela participação do governo em setores de insumos básicos
 - ELETROBRÁS
 - COBAL
 - CIBRAZEM
 - EMBRAER

- Década de 1970: intensificação da criação de empresas
 - SIDERBRÁS
 - PORTOBRÁS
 - NUCLEBRÁS



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Histórico de Criação das Estatais

Razões da Criação da Empresa Estatal no Brasil:

Necessidade de o Governo assumir atividades relacionadas à produção de bens e serviços por força de circunstâncias relacionadas às flutuações do mercado internacional e pelo desejo de rápida industrialização do País.

Fatores que levaram o Governo a não usar a Administração Direta:

- agilidade administrativa;
- autonomia financeira;
- flexibilidade na administração de pessoal.



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Histórico de Criação das Estatais

Implantação do Controle das Empresas Estatais no Brasil:

A atuação do Governo até 1979

- facilidade na criação das estatais
- inexistência de controle
- liberdade de atuação das empresas
- liberdade para gerenciamento dos gastos
- liberdade para captação de empréstimos e financiamentos

Consequência:

- acelerado crescimento do número de empresas
- elevação do nível de endividamento do setor
- necessidade de criação de órgão de controle: a SEST



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Histórico de Criação das Estatais

Papel da SEST:

Órgão central de controle.

Conhecimento da atuação das empresas estatais.

Maior controle de gastos.

Intensificação da participação nas políticas públicas, tanto setoriais quanto macroeconômicas

Principais Mecanismos e Instrumentos de Controle:

Programa de Dispêndios Globais – PDG

Autorização prévia para captação de empréstimos internos e externos e para criação de novas empresas.

Fixação de limites para importações e aquisições, remunerações de empregados e dirigentes, controle de tarifas, etc.



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Histórico de Criação das Estatais

- Linha de atuação nas estatais:

- . Originalmente enfoque caixa e, a partir de 1986, no desempenho operacional (PDG é competência e caixa).
- . Início do processo de desestatização no final dos anos oitenta.
- . Continuidade do processo de contenção dos preços e tarifas de bens/serviços ofertados pelas estatais como mecanismo de contenção da inflação.

- A Constituição de 1988

- . A inserção do Orçamento de Investimento das estatais no Orçamento Geral da União



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Histórico de Criação das Estatais

Reforma do Estado de 1990:

- A criação do Ministério da Economia, Finanças e Planejamento.
- A transformação da SEST em uma coordenação.
- A extinção da SIDERBRÁS, PORTOBRÁS, BNCC, INTERBRÁS etc.

Reforma do Estado de 1994:

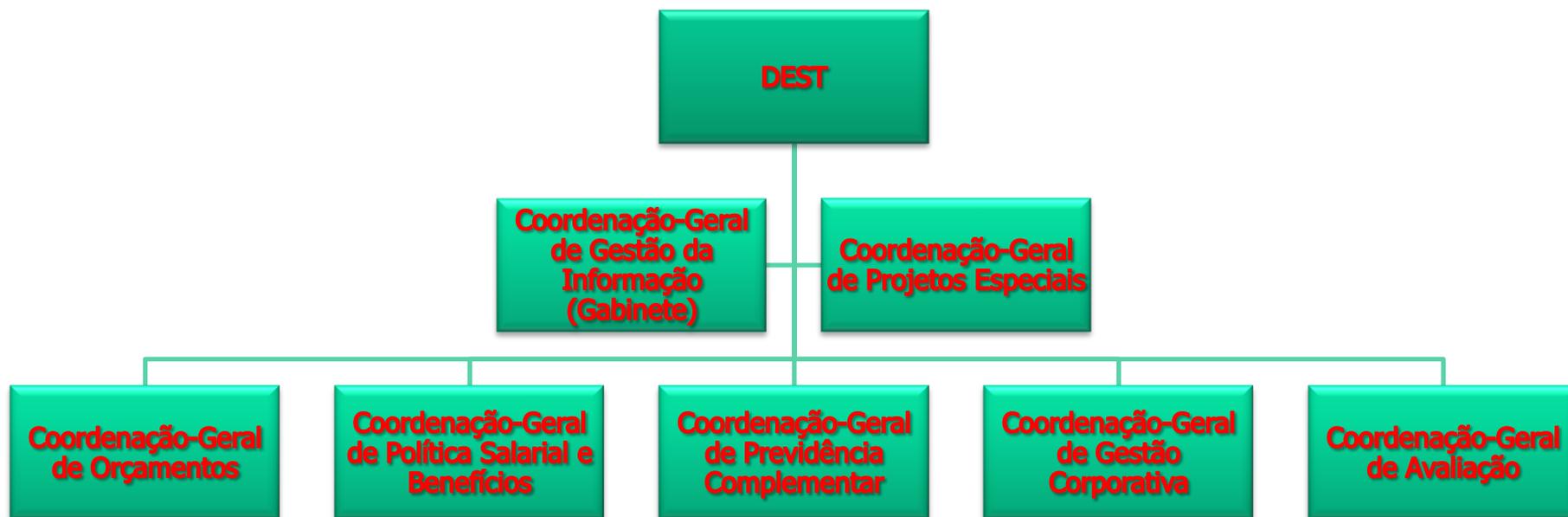
- Recriação da SEST que, em 1998, passou a ser DEST.
- Instituição do Plano Nacional de Desestatização – PND.
- A partir de 1998 regime de metas de resultado primário – acordos com FMI e Lei de Responsabilidade Fiscal.



Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Histórico de Criação das Estatais

DEST – estrutura atual (Dec nº 7.675/2012):

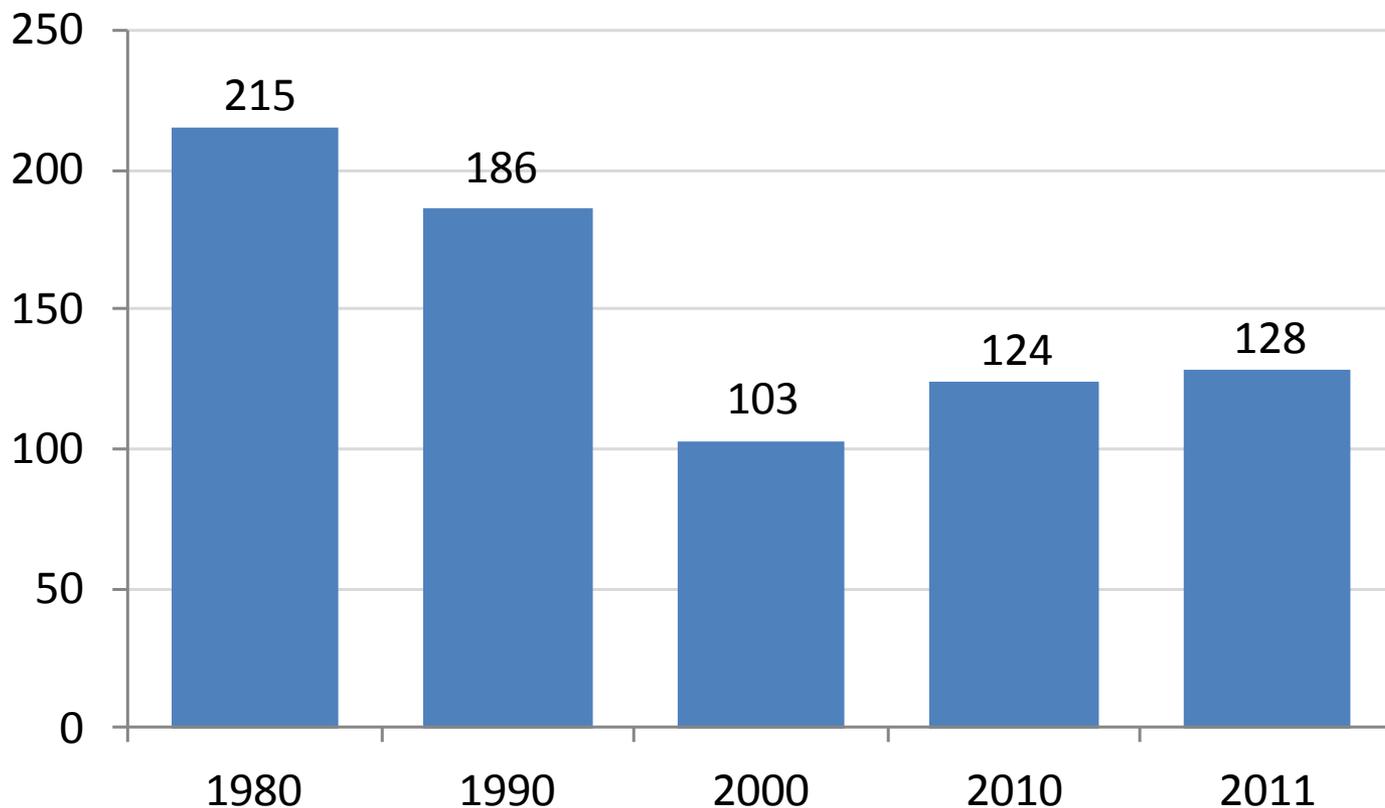


Histórico de Criação das Estatais

Estatais no Brasil e no mundo – movimentos:

- pós-guerra: o Estado multiplica suas ações econômicas, intervindo na produção de bens e serviços = estatais.
- 1980 e 1990: o Estado restringe sua atividade como produtor de bens e serviços = privatização.
- **hoje: a sociedade escolheu manter algumas empresas nas mãos do Estado.**

Evolução do Número de Empresas



Natureza Jurídica das Empresas 2011

Sociedades de Economia Mista	96
<i>Petrobras - holding (com ações negociadas na bolsa)</i>	38
<i>Eletrobras - holding (com ações negociadas na bolsa)</i>	18
<i>Banco do Brasil (com ações negociadas na bolsa)</i>	8
<i>Outras (sem negócios em bolsa ou residuais)</i>	32
Empresas Públicas (100% do capital da União)	23
Outras formas societárias	9
TOTAL	128



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Programa de Dispêndios Globais - PDG

Exigência Legal: Art. 107 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

"As entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive de previdência social ou investidas de delegação para arrecadação de contribuições para fiscais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressa determinar que o sejam pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Compreendem-se nesta disposição as emprêsas com autonomia financeira e administrativa cujo capital pertencer, integralmente, ao Poder Público."

Conceito: Conjunto de informações econômica-financeiras das empresas estatais, sistematizadas, que tem por objetivo avaliar o volume de recursos e de dispêndios anuais desses entes, compatibilizando-o com as metas de política econômica governamental (NEFIL).

Programa de Dispêndios Globais - PDG

Estrutura orçamentária do PDG é composta pelos seguintes blocos:

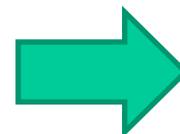
Discriminação das Origens dos Recursos – **DICOR**

Discriminação das Aplicações dos Recursos – **DICAR**



Competência
Tabela de Usos e Fontes

Demonstração do Fluxo de Caixa (*) – **DFLUX**



Caixa

Fechamento do Fluxo de Caixa – **FEFCX**

Transferências entre empresas do mesmo grupo

(*) não integra o PDG dos bancos.



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Orçamento de Investimentos - OI

Constituição Federal de 1988 – Art. 165, § 5º - a LOA compreende:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

II - O Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

III - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Orçamento de Investimentos - OI

Conceito de investimento - LDO:

§ 1º Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão consideradas investimento, exclusivamente, as despesas com:

- I - aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado;
- II - benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais; e
- III - benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL

Indicador macroeconômico para a aferição, em termos financeiros, do desempenho da empresa, porquanto demonstra se a geração de receitas próprias é suficiente para a cobertura da totalidade de suas despesas (exceto amortizações de dívidas), em determinado período, e é calculada segundo o conceito de caixa, isto é, pelo fluxo de ingressos e saídas de recursos em certo período de tempo.



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL

Formas de apuração de desempenho:

Acima da Linha – Diferença entre o fluxo de recursos e de dispêndios, em um determinado período. Calculado pelo DEST.

Abaixo da Linha – Variação do endividamento líquido apurado em um determinado período. É calculado mensalmente pelo BACEN em cumprimento a dispositivo da LDO.



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL

A apuração da NEFIL no conceito “**acima da linha**” :

O resultado é obtido a partir da diferença entre:

+ fluxo de recursos não onerosos

- fluxo de despesas correntes e de capital (exclusive o pagamento do principal da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos).

Se ingresso de recursos > despesas pagas no período (exclusive financeiras)

= superávit primário,

ou (geração excedente de caixa/redução do nível de endividamento/aumento de disponibilidades financeiras).

Se não = Déficit primário

Nesse caso a empresa estará recorrendo a empréstimos ou à redução de suas disponibilidades financeiras para o pagamento de seus compromissos.



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	% do PIB
A - ITAIPU (I-II+III-IV) (*)	1.260	0,03
I - Receitas	5.928	0,13
II - Despesas	6.482	0,14
Investimentos	41	0,00
Demais Despesas (**)	6	0,00
III - Ajuste Competência/Caixa	(73)	0,00
IV - Juros	(1.887)	(0,04)
B - Demais empresas (I-II+III-IV)	(1.260)	(0,03)
I - Receitas	37.009	0,82
II - Despesas	39.153	0,86
Investimentos	5.341	0,12
Demais Despesas (**)	34	0,00
III - Ajuste Competência/Caixa	1.549	0,03
IV - Juros	665	0,02
RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)	-	0,00

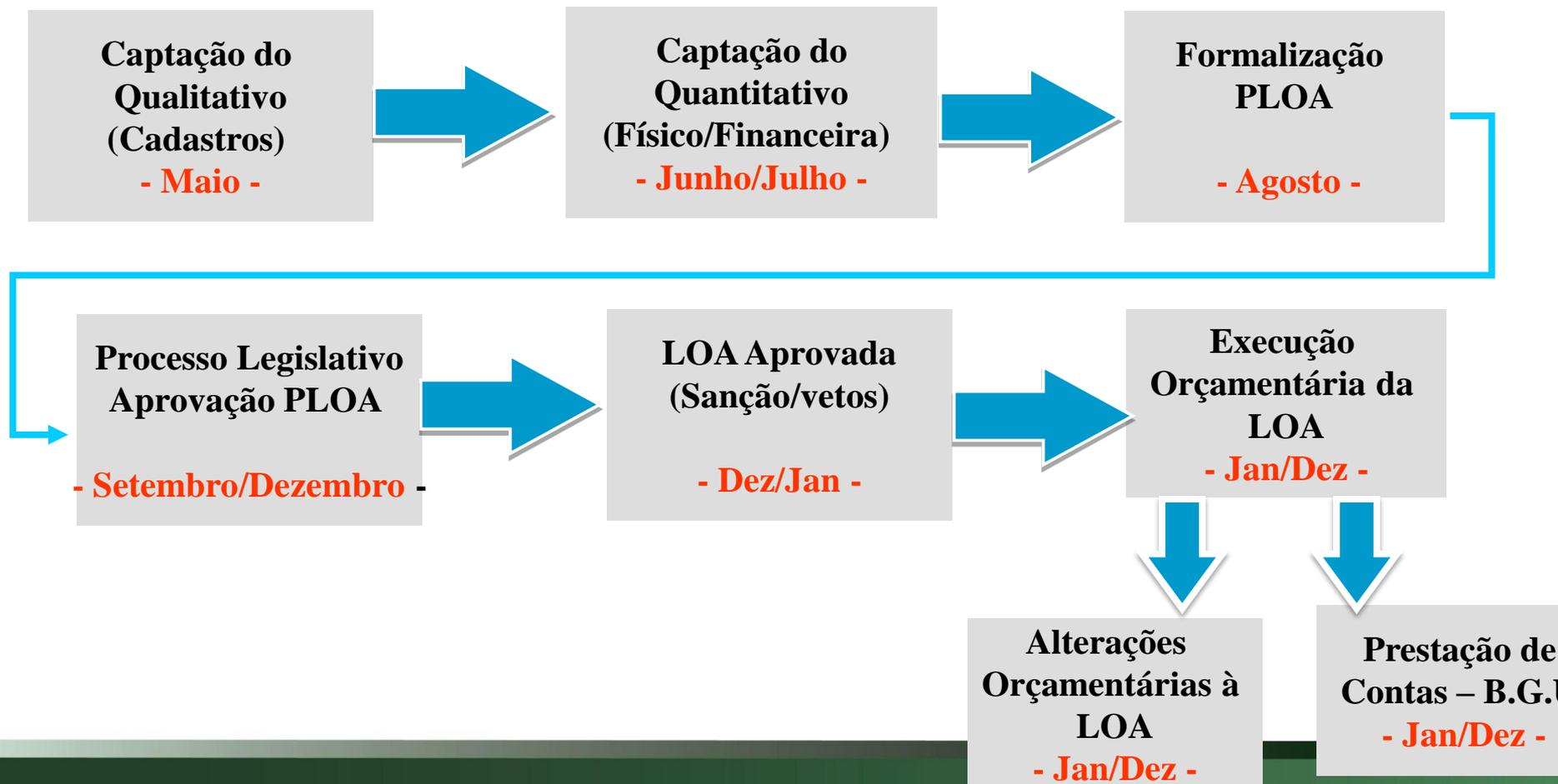
Processo Orçamentário - Elaboração

- 1ª Etapa: fixação da meta de resultado primário – Anexo de Metas Fiscais na LDO.
- 2ª Etapa: solicitação das propostas de PDG e OI para o exercício seguinte.
- 3ª Etapa: consolidação das propostas e compatibilização com a meta de resultado primário - PLOI para encaminhamento ao CN e Decreto do PDG.

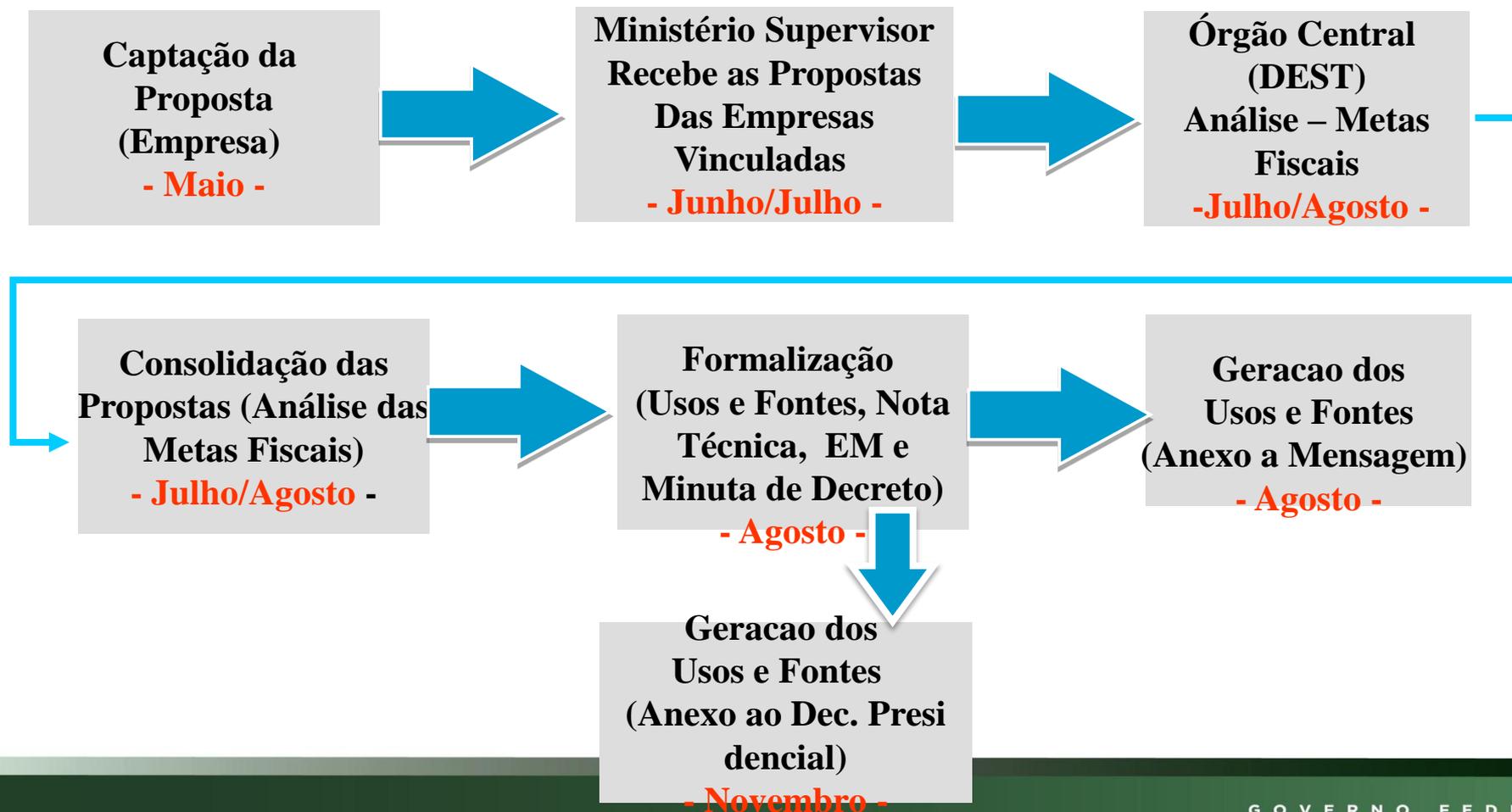
Processo Orçamentário - Execução

- Ajustes orçamentários no PDG: remanejamentos e reprogramações.
- Ajustes orçamentários no OI: créditos adicionais e remanejamentos das fontes de financiamento.

Processo Orçamentário OI



Processo Orçamentário PDG



Desafios: projetos / avanços / questões prospectivas

- Conceito de investimento: contabilidade x orçamento.
- Reestruturação do plano de contas do PDG.
- Acompanhamento da execução física dos maiores projetos.
- Discrepância estatística.
- Cancelamentos via créditos adicionais.



Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

OBRIGADO

luiz.henriques@planejamento.gov.br



Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA